



## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ata da audiência pública realizada no Tribunal Superior Eleitoral para tratar das minutas de resoluções relativas às eleições de 2016 que dispõem sobre arrecadação e gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e prestação de contas; sobre os limites de gastos a serem observados por candidatos aos cargos eletivos de vereador e de prefeito; e sobre a instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e em unidades de internação de adolescentes.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, no subsolo do Edifício Sede do TSE, Auditório I, realizou-se a audiência pública convocada para tratar das sugestões dos representantes de partidos políticos, entidades e demais interessados, nos termos dos arts. 52 e 105 da Lei nº 9.504/1997, com o intuito de aprimorar as instruções que regulamentarão as eleições de 2016 e dar ampla transparência ao processo eleitoral. Compuseram a Mesa o Ministro Gilmar Mendes (presidente), os Ministros Henrique Neves da Silva e Admar Gonzaga, o representante da Procuradoria-Geral Eleitoral, Dr. Ângelo Goulart Villela, e o Assessor-Chefe da Assessoria Especial do TSE, Dr. Sérgio Ricardo dos Santos. Estiveram presentes o eminente Ministro Jorge Mussi, o Secretário da Receita Federal, Dr. Rachid, e o Desembargador do TRE/RO, Dr. Roosevelt Queiroz Costa. Compareceram à audiência representantes de partidos políticos, de entidades e demais interessados, conforme lista de presença anexa a esta ata. O Ministro Gilmar Mendes, após cumprimentar todos os presentes, iniciou os trabalhos com a convocação dos interessados, especialmente os que se inscreveram para se manifestarem sobre a minuta de gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e prestações de contas. O inteiro teor das intervenções consta da gravação que também integra esta ata. Manifestaram-se, pela ordem de inscrição, o advogado do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, Dr. Gustavo Severo; o delegado nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, Dr. Bruno Alves; o secretário judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Dr. Breno Gasparotto; o representante do Conselho Federal de Contabilidade, Dr. Joaquim Alencar Bezerra Filho; o advogado representante da comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Bruno Rangel; o representante do Partido da Mobilização Nacional, Dr. Max Teodoro; o representante da AR2 Assessoria Contábil, Dr. Alexandre Araújo; o representante do Partido da Social Democracia Brasileira, Dr. Flávio Henrique Costa Pereira; o representante do Partido da Mulher Brasileira, Dr. Sílvio Mallet; e o representante da Federação Brasileira de Bancos, Dr. Walter Tadeu Pinto de Faria. Ao final, o Ministro Gilmar Mendes concedeu a palavra ao representante do Ministério Público Eleitoral, Dr. Ângelo Goulart Villela, que apresentou propostas de redação para dois dispositivos que

seriam encaminhadas por escrito, pois, segundo argumentou, as alterações aduzidas poderão proporcionar ganho de tempo e oportunidade para fiscalizar o pleito eleitoral. Nada mais havendo a tratar, considerando não haver mais inscritos nem interesse por parte dos integrantes da Mesa de se manifestarem, foi encerrada a audiência pública às onze horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, eu, secretário, lavrei esta ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Ministro Gilmar Mendes, relator das instruções de 2016.

....., presidente

....., secretário

  
Assessor-Chefe - ASEP